

Plano Emergencial de Governo da Chapa Giovani Damico e João Coimbra ao Governo da Bahia:

21 PLANOS EMERGENCIAIS PARA A BAHIA

Emprego, Renda e Moradia.

1. **Programa Baiano de Pleno Emprego:** *Programa estruturante pautado na abertura de Cooperativas, Indústrias Estaduais e brigadas de trabalho. Tal programa objetiva criar, organizar e financiar projetos produtivos e de absorção de mão de obra, fomentando atividades geradoras de empregos nas áreas mais diversas - infraestrutura, cultura, educação, saúde e meio-ambiente - integrando com atividades produtivas em indústrias e cooperativas subsidiadas pelo Estado e que trabalhem as potencialidades Regionais (no campo e na cidade), em consonância com a Pesquisa e Desenvolvimento gerada nas Universidades baianas.* Como um dos pilares do Programa teremos um projeto estadual de Reforma Agrária, localizando que é precisamente na concentração de terra que temos um dos pilares do desemprego estrutural na Bahia, bem como o recorrente êxodo Rural.
2. Política Estadual de Cooperativas nos espaços Urbanos e Rurais: A forma cooperativista consiste na espinha dorsal de nossa perspectiva de geração de emprego e gestão dos espaços de trabalho. Será uma política do Governo o incentivo direto à criação de Cooperativas de trabalhadores no Campo e na Cidade, cabendo ao Governo prover instrumental jurídico, subsídios e crédito para viabilização das organizações, bem como um instrumental e suporte técnico a partir das secretarias, universidade estaduais, centros de fomento e centros de pesquisa. Tal projeto se associa à reestruturação da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrário - EBDA, em molde democrático, tendo expandidas suas funções e incrementada a participação direta dos trabalhadores em sua gestão.
3. Os projetos de Cooperativas serão organizados e implantados a partir de agências instaladas em cidades e regiões específicas no interior do Estado, priorizando aquelas com maiores índices de pessoas desocupadas levando em consideração as determinações sociais diversas como gênero, raça, orientação sexual e etc. Partiremos do mapeamento de oportunidades de emprego em cada comunidade urbana e rural e a

formação de núcleos produtivos comunitários, baseados no cooperativismo, priorizando-se a alocação de mão-de-obra do próprio bairro/região a fim de fortalecer e revitalizar a economia local. A gestão dos projetos será feita de forma conjunta, ficando a cargo de uma comissão formada por moradores do bairro/região e entidades representativas da classe trabalhadora (como sindicatos, federações e conselhos de trabalhadores), sob supervisão de órgão ou comissão previamente formada pela Assembleia Legislativa, a qual caberá analisar os custos e benefícios, os gastos e receitas, em consonância com o orçamento estadual do ano vigente.

4. Instauração de um projeto ampliado de criação de Indústria Estaduais geridas pelo Governo da Bahia, estas associadas diretamente ao desenvolvimento de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) nas Universidades Baianas. Os novos polos industriais serão constituídos a partir de capital próprio do Estado da Bahia, bem como financiamentos do Governo Federal e do BNDES e terão como objetivos principais a expansão do emprego, o beneficiamento dos produtos agrícolas produzidos na Bahia, o desenvolvimento de bens industrializados pautados nas potencialidades regionais, como o polo do cacau, a ser instituído no sul da Bahia, explorando a produção de cacau, a pesquisa e desenvolvimento de cosméticos e medicamentos a partir das sementes. Um polo tecnológico associado aos pólos agroindustriais, com plantas sob gestão de planificação estatal, com ampla participação dos trabalhadores nos processos diretivos. **Tal política se associa à reativação de todas as plantas industriais hoje paradas na mão do setor privado, tendo como objetivo desenvolver um parque industrial que ligue sua produtividade à satisfação das necessidades da classe trabalhadora.**
5. **Criação de uma Política Estadual de Construção Civil Planificada (CCPlan).** Sob tal política o Estado da Bahia irá constituir uma Empresa Pública de Construção Civil orientada para infraestruturas em geral, bem como a integração regional a partir de uma rede de transportes ferroviários e aquaviários, revertendo a dependência do interior do estado ao modal rodoviário. Associada ao CCPlan criaremos uma Empresa Baiana de Habitação, com enfoque na construção e requalificação de moradias populares a partir da incorporação e institucionalização do programa de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS). Na operacionalização os programas de Construção Civil e habitação terão como meta a contratação da população local, regionalizando os projetos e vinculando as comunidades à sua execução.

6. Criação da Agência *Pleno Emprego* - um órgão público estadual que terá como tarefa o **encaminhamento e divulgação de vagas de trabalho**, com comunicação permanente com sindicatos e associações de bairros e comunidades.
7. Criação de um Comitê Permanente de Fiscalização, Acompanhamento e combate à Discriminação no Trabalho (CPCD). Com enfoque na discriminação de gênero, racial e de orientação sexual, com atenção principalmente a disparidade salarial entre os membros desses grupos sociais.
8. Estabelecimento de uma cartilha de Políticas de Emprego direcionadas para a população LGBT com especial preocupação com pessoas trans e travestis, associado à criação de editais para contratação dessa população, capacitação e acordos com ênfase em empresas cooperativas e públicas que visem a promoção da contratação e manutenção da população trans e travesti no emprego. Criação e Reforço de legislação específica para proteção do emprego, empregabilidade e garantia dos seus direitos.
9. **Instauração de uma Política Estadual de Vagas Reservadas (VR)** nos concursos públicos estaduais e nas contratações diretas pelo Poder Público para população em situação de maior vulnerabilidade, como uma política permanente de Ações Afirmativas. Vagas específicas para População LGBT, com percentual específico para População Trans e Travesti; .Vagas específicas para Pessoas com Deficiência (PCD); Vagas específicas para a População Negra e Indígena, para além de minorias étnicas ou estrangeiras em situação de vulnerabilidade. A criação do *VR* deve contar com ampla participação da sociedade civil, movimentos sociais e as universidades da Bahia, estabelecendo as nuances, percentuais e especificidades de tema a tema.
10. Criação e Fortalecimento de legislações que obriguem à iniciativa privada a implementar um plano estadual de reserva de vagas orientado com base na **Política Estadual de Vagas Reservadas**.

Educação.

11. **Programa Emergencial de reestruturação da Rede Estadual de Ensino com instauração de um limite de 20 a 25 alunos por sala visando melhores condições de ensino e aprendizado. Associada à política emergencial de erradicação do**

analfabetismo na Bahia, com base na expansão do ensino EJA e reestruturação da Educação no Campo.

- 12. Programa estadual de expansão das infraestruturas em educação, com ampliação das vagas, reversão dos fechamentos de escolas, ampliação dos Campi das Universidades Estaduais com contratação e investimento em P&D. O programa de expansão da Educação contará com a supressão do vestibular nas Universidades da Bahia, buscando a universalização do acesso à Universidade, associado às garantias de permanência: Bolsas, moradia, transporte, alimentação e garantia do acesso à lazer e à cultura.**

Segurança:

13. Reformulação do concurso público e dos objetivos das Forças de Segurança Pública. A polícia, tanto militar quanto civil, não é selecionada por sua capacidade de resolver conflitos de forma diplomática, pacífica, ou de toda sorte dignificante. Desde o momento do seletivo público de um policial, a manutenção da segurança pública é algo posto de lado.

Portanto, o PCB aponta a necessidade de que seja repensada e imediatamente refeita a metodologia de seleção de novos policiais, civis e militares, negando a presença de pessoas propensas à violência, ao racismo, e à negação da força política da classe trabalhadora.

Buscamos a democratização desses espaços de seleção, incluindo-se a sociedade civil organizada e os coletivos de bairro, para que sejam mensuradas as competências como: conhecimento da realidade histórica do povo brasileiro e seu passado colonial; demonstração de sensibilidade a questões sociais determinantes, como gênero, raça, sexualidade, religião, etnia, nacionalidade, etc; capacidades relacionais de diálogo e descalonamento de conflitos; habilidades de primeiros socorros e resgates em situações de extremo risco; conforto em andar desarmado.

14. Responsabilização penal das altas patentes em Justiça Comum - Enfrentar a impunidade significa identificar a raiz das violências sociais ignoradas pelo Poder Público. Portanto, significa buscar a cabeça que ordena que as mãos se sujeem de sangue.

Soldados, cabos e sargentos são raramente responsabilizados por seus crimes genocidários contra a classe trabalhadora. Mas, é ainda mais raro - quiçá, inédito - a responsabilização de comandantes, capitães, generais e o alto escalão como um todo.

O PCB propõe a imputabilidade penal - mediata ou imediata - das altas patentes pelos crimes cometidos sob seu comando hierárquico. Crimes contra a vida devem ser levados à Juri Popular na Justiça Comum, e o corpo de jurados deverá receber proteção especial e compensação pelos transtornos que esta proteção os trará.

Conhecendo as autoridades implicadas por esta proposta, adiantamos também que quaisquer indícios de obstrução de justiça incorrerá na exoneração preventiva em caráter emergencial.

15. Transparência financeira de oficiais militares e confisco imediato de bens não justificáveis em relação ao soldo - A corrupção policial não será combatida com frases de efeito: é preciso impedir o acúmulo de riquezas indevidas por parte dos policiais, via de regra, viabilizadas por desvios de função, tráfico de drogas e armas, extorsão mediante sequestro e assassinatos negociados.

Em suma, o uso indevido do aparelho de segurança pública como ameaça à segurança pública em favor de interesses financeiros pessoais. O monitoramento pecuniário de oficiais se faz uma necessidade pública, para que bens de altíssimo valor - tais como carros de luxo, apartamentos de aluguel, lanchas e jet-skis, jóias, obras de arte e latifúndios -, que não correspondam aos valores recebidos por tais funcionários públicos, seja peremptoriamente confiscados e liquidados pelo Estado.

16. Criação do Comitê Popular de Controle da Atividade Policial e Justiça Militar - CPCA, responsável pelo estabelecimento de Investigação, Monitoramento e Admoestação Pública dos Agentes Repressores do Estado - O Partido Comunista Brasileiro propõe a criação de um órgão democrático de representação política direta denominado *Comitê Popular de Controle da Atividade Policial e da Justiça Militar - CPCA*, que funcione como instrumento de proteção da população frente às polícias e suas armas.

Cumprir-se-á o papel constitucional deliberativo, não sendo apenas uma espécie de ouvidoria ou grupo consultivo. Deste modo, o *CPCA* se incumbirá de investigar, monitorar e admoestar publicamente os órgãos policiais, assumindo assim uma função

reguladora da atividade policial, em conjunto ao Ministério Público e ao Governo do Estado.

O *CPCA* deverá ser composto por membros da sociedade civil organizada, representantes de associações de bairro, lideranças de cada quilombo e nação indígena do Estado, representantes regionais de assentamentos camponeses, representação étnica cigana, e representantes sindicais de segmentos populares: professores universitários e da educação básica, jornalistas, funcionários da Justiça, enfermeiros, e assistentes sociais, bem como ampla representação feminina e da população LGBT.

O *CPCA* cumprirá funções para a zona urbana e zona rural, de acordo com as complexidades de cada área, e deverá acompanhar também os julgamentos propostos pela Justiça Militar, exercendo o direito coletivo de transparência e equidade frente a esses espaços de impunidade do genocídio do povo negro e indígena.

17. Desconto salarial proporcional ao número de disparos efetuados em um mês.

18. Proibição de publicação da versão da polícia sem igual representação midiática das lideranças de bairro, entidades investigativas e órgãos de controle da atividade policial

Saúde:

Partindo do pressuposto que a saúde está relacionada a uma totalidade de aspectos ligados às determinações sociais do processo saúde-doença e do bem-estar, notamos como as populações mais empobrecidas e oprimidas do Estado têm que lidar com os graves problemas relacionados à ausência de infraestrutura básica, ausência de moradia, transporte público, segurança pública, segurança alimentar e emprego. Nesse sentido, um programa de saúde para o Estado não pode estar desvinculado à uma intensa agenda de transformações infra estruturais.

De forma imediata, o PCB executará uma política de investimento na saúde de caráter público, gratuito e de qualidade, rompendo com as transferências de recursos públicos para a iniciativa privada, bem como com os projetos de precarização dos serviços públicos e da seguridade social. Aqui mais uma vez somos contrários à lei de responsabilidade fiscal e iremos instaurar a Lei de Responsabilidade Social.

Ao mesmo tempo em que tensionaremos o limite institucional para a efetivação de um autêntico programa de saúde para a classe trabalhadora baiana, impulsionaremos a

organização coletiva dos trabalhadores da saúde e dos usuários, criando espaços reais de participação ativa destes setores nos rumos da saúde na Bahia. Não se tratará aqui de meros espaços consultivos, mas pretendemos romper com a dicotomia planejamento/execução trazendo para as tomadas de decisões os próprios trabalhadores da saúde e os usuários dos serviços de saúde.

Podemos sintetizar nosso programa em 3 eixos principais dispostos nos itens 19,20 e 21 de nosso Programa Emergencial:

19. Ampliação e melhoria dos postos de trabalho no setor saúde.

- Eliminação de todos os chamados “novos” modelos de gestão e pela revogação das leis que deram origem às organizações sociais (OSs), empresas estatais de direito privado (ex. a EBSEH), bem como parcerias público-privadas.
- Generalização de contratação via concursos públicos e pelo reajuste salarial dos servidores públicos estaduais, compatível com o aumento da inflação. Observa-se nestes últimos anos uma perda real do salário dos trabalhadores estatutários, o que impacta nas condições de vida e sobrevivência dos trabalhadores e na qualidade da assistência prestada, visto que muitas vezes esses trabalhadores necessitam ampliar a carga horária para garantir a sua subsistência e de sua família.
- Diminuição da centralização dos cuidados em saúde na figura do médico a partir da maior qualificação profissional e ampliação dos salários das categorias não-médicas, diminuindo as diferenças salariais entre as categorias, sem perder de vista a importância e especificidade de cada uma delas.
- Criação de planos de carreira estaduais que abarquem todas as categorias dos trabalhadores da saúde e planificação das demandas em saúde no Estado. A ampliação de vagas universitárias e postos de trabalho será mediada diretamente pelos interesses da população e não pelo mercado de trabalho

20. Ampliação da rede de serviços com foco na saúde do trabalhador:

- Reversão imediata do processo de privatização já instalado em diversos setores da saúde e que se manifestam através de convênios e contratos com instituições privadas e filantrópicas, freando a tendência atual de ampliação e interiorização deste modelo de gestão no estado.
- Pela ampliação da responsabilidade do Estado na Atenção Primária à Saúde tanto a partir de maior financiamento direto como a partir da criação de instituições públicas que fomentem a pesquisa e expansão do acesso a APS assim como garantam a formação continuada dos trabalhadores da saúde.

- Expansão da rede ambulatorial e hospitalar a partir de intenso processo de planificação econômica. O investimento hospitalar não funcionará na lógica de investimento em grandes obras isoladas que servem como material de intensa publicidade sem ter necessariamente autêntico respaldo social. O investimento massivo na Atenção Primária será complementado pela oferta de ambulatórios e hospitais que garantam a continuidade da rede sem produzir gargalos de acesso entre a Atenção Primária e os outros setores. A partir da planificação se reconhecerá as demandas mais urgentes e os locais apropriados para a instauração das redes de saúde.
- Expansão da rede de serviços diagnósticos e enfrentamento dos grandes conglomerados financeiros que atuam na saúde. Os serviços diagnósticos também compõem a rede de saúde pública e será diferente dos tempos atuais em que boa parte destes serviços estão nas mãos da iniciativa privada.
- Criação de instituições responsáveis pela criação de serviços de assistência e pesquisa em saúde do trabalhador. A saúde do trabalhador é reduzida na sociedade capitalista à saúde ocupacional e assim limita-se a garantir ao trabalhador continuar reproduzindo a sua força de trabalho sem necessariamente se preocupar com a integralidade da saúde deste trabalhador. Assim, a saúde do trabalhador que pautamos insere-se em uma análise das relações entre trabalho e modo de vida sob o capital, com o foco de garantir uma vida em vigor e em sentidos, não apenas uma vida pautada no trabalho.

21. Reestruturação radical do Cuidado em Saúde Mental:

- A OMS estima a existência de mais de 350 milhões de pessoas com depressão pelo mundo, sendo a principal causa de incapacitação dos indivíduos para o trabalho, como também há crescimento de 40% nas taxas de suicídio pelo mundo, sendo o Brasil o país com o maior número de suicídios anuais da América Latina.
- As classes dominantes potencializam esse processo ao enunciar o mito da responsabilização individual: cada trabalhador é estimulado a sentir que a sua pobreza, desemprego e miséria social são frutos apenas de suas ações, da cor de sua pele, do seu gênero, e não resultado de escolhas políticas e da estrutura organizativa da sociedade. Quando doentes, muitas vezes não possuem acesso a serviços de saúde que promovam o cuidado adequado, não possuem direitos trabalhistas que os protejam da sede de lucro dos capitalistas, não possuem moradia adequada para o seu descanso.

- Há também um processo de ampliação do encarceramento da população, intensificando uma perspectiva de cuidado asilar - cuidado a casos graves e persistentes, ou uso de substâncias psicoativas em instituições fechadas, com internação de longa duração. Percebe-se um aumento de leitos em hospitais psiquiátricos e comunidades terapêuticas; Outro debate que está no centro do cuidado em saúde mental é referente o uso abusivo de substâncias psicoativas (SPA). Observa-se um processo de criminalização do uso de SPA vinculado à criminalização da pobreza, reforçando uma perspectiva militarizada de cuidado com ações de caráter higienista. Em vez de cuidar das pessoas de maneira integral, compreendendo inclusive que o uso abusivo de SPA é também reflexo das contradições sociais, contribuindo com o processo de reabilitação e redução de danos para quem apresenta um quadro de dependência e uso abusivo de substância, os últimos governos estaduais têm estabelecido uma prática de retirada forçada das pessoas da rua, institucionalização em serviços fechados e super medicalização. Dessa maneira entendemos serem nossas prioridades as lutas:

- Pelo cuidado em saúde mental em serviços territoriais e comunitários, com equipes multiprofissionais, que tem como perspectiva o cuidado integral e restabelecimento social dos indivíduos acometidos pelo adoecimento psíquico.

- Pela reversão imediata do processo de aumento e investimento em hospitais psiquiátricos e em Comunidades Terapêuticas.

- Pela descriminalização e legalização das drogas, com instituição de uma política consistente de redução de danos.

- Pela ampliação das instituições de lazer e cultura, que garantam o acesso dos indivíduos em sofrimento psíquico a instrumentos de cuidado não cerceadores da liberdade e da criatividade.

- Pela oferta de tratamentos adequados, que podem passar pelas psicoterapias e pelo uso de psicotrópicos, mas que não confundam as demandas em saúde mental apenas enquanto demandas de serviços de saúde e sim compreendam a ligação do sofrimento psíquico com a vida social.